

CONHECIMENTO, PODER E IDEOLOGIA: UMA CONCEPÇÃO DE EPISTEMOLOGIA DESCOLONIAL E LOCAL

Jorge Luiz Ayres Gonzaga (Unilasalle) ¹⁹⁰

Gilberto Ferreira da Silva (Unilasalle) ¹⁹¹

Introdução

As relações entre colonizador e colonizado atravessam a condição humana inscrita no processo de colonização a partir da “descoberta” da América em um determinado momento e da Expansão Imperialista do Capitalismo em um segundo. A pergunta central neste texto é: Como é possível outra concepção de saber e de poder não centradas e decorrentes dos objetivos coloniais europeus? A relação entre as nações colonizadoras e nações colonizadas desde a perspectiva teórica da descolonização preconizada pelo grupo de intelectuais latino-americanos denominado Modernidade/Colonialidade, é o caminho que se aposta para fazer esta reflexão. A metodologia utilizada é a análise dos processos constitutivos da Modernidade/Colonialidade a partir abordagem no processo dialético. Como abordagem metodológica ancorada na concepção dialética compreendemos as formulações filosóficas sistematizada na Grécia Clássica por Heráclito de Éfeso, Platão e na Modernidade desenvolvidas por Hegel e Marx que agregam a historicidade como elemento do processo dialético em busca ao devir humano.

Nesse contexto, articulam-se dois referenciais teóricos que podem possibilitar a compreensão da realidade humana e todas suas manifestações sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais, em particular da América Latina. Essa perspectiva analítica pretende articular as causas e consequências das realidades da América e especificamente da América Latina a partir do processo de conquista, exploração e colonização dos povos nativos da região tanto nos aspectos materiais bem como imateriais. Portanto, nesse texto soma-

¹⁹⁰ Doutor em Educação pelo PPG em Educação da Universidade Lasalle/Canoas. Licenciado em História. Membro do Grupo Educação Intercultural. E-mail: jl.ayresgonzaga@yahoo.com.br

¹⁹¹ Doutor em Educação. Docente do PPG em Educação da Universidade Lasalle/Canoas. Pesquisador do CNPQ. Líder do Grupo de Pesquisa Educação Intercultural. E-mail: gilberto.ferreira65@gmail.com

se duas concepções teóricas, que não estão relacionadas como causa e consequência para compreensão da realidade latino-americana, mas proporcionam a compreensão dos dois contextos históricos que se complementam. Desta maneira, a relação entre o contexto de desenvolvimento do capitalismo na Europa se articula indelevelmente com a conquista, a exploração e a colonização das Américas.

Se por um lado a Europa se consolidou como potência capitalista isso se deve como observou Marx (1985,1982) pela exploração das riquezas das Américas por intermédio do trabalho. Por outro lado, Mignolo (2016, 2009) e Quijano (2010, 2000) demonstram os resultados históricos da conquista, exploração e colonização das Américas nas populações nativas e na centralidade do capitalismo e da cultura europeia como instrumento de poder por intermédio do conhecimento sobre as populações da América Latina.

Assim sendo, a consolidação e desenvolvimento do capitalismo como modo de produção hegemônico europeu e a necessidade de acumulação das riquezas materiais e humanas dadas a partir do trabalho dos nativos da terra na condição de escravidão foram a amálgama que solidificou não somente a constituição da Europa como paradigma da modernidade e as condições concretas da América Latina sobre a égide da desigualdade social e exploração humana. Nesse contexto, aponta-se para a construção de possibilidades de articulação social baseadas em outras formas de concepção política, econômica, social, cultural e epistemológicas que caminhem em direção diferente da preconizada pelos paradigmas europeus e que possam se utilizar das referências históricas de organização social das Américas como possibilidade do desenvolvimento humano.

A Conquista da América: a necessidade do capitalismo

Historicamente é impossível dissociar a construção da Europa como conjunto de potências econômicas e sociais da Modernidade sem se considerar dois fatores preponderantes: a construção e consolidação do modo de produção capitalista e a conquista, exploração e colonização das Américas. O encontro da América por Colombo foi um processo seminal do desenvolvimento do

capitalismo por intermédio da acumulação primitiva de riquezas necessárias a inversão no processo produtivo.

A gene mais remota se encontra nos processos comerciais, ainda com pouca significância, no seio da Idade Média. Entretanto, o comércio somente se torna uma prática lucrativa com o advento das cruzadas e do domínio dos europeus das rotas comerciais com o oriente. Com a interrupção do comércio com as “Índias Orientais” com a conquista de Constantinopla pelos Otomanos, as rotas comerciais com o oriente se tornaram muito onerosas para os comerciantes europeus principalmente aquele das cidades da península itálica de Gênova, Veneza entre outras do norte da península.

Nesse contexto, se colocaram duas possibilidades aos comerciantes e as monarquias europeias, ou seja, descobrir uma nova rota para se chegar às Índias orientais. As duas nações protagonistas são aquelas que ocupam a península ibérica e que possuíam uma tradição de exploração marítima. Portugal se aventurou, não querendo correr riscos desnecessários, a contornar a costa da África. A Espanha acolheu a teoria nascente da circularidade da Terra¹⁹² proposta por Colombo se dirigindo a oeste. Colombo queria chegar as riquezas do Oriente e se apossar em nome de Fernando e Isabel. Não chegou ao oriente e sim a América, porém tomou conta dessas terras em nome do rei e da rainha, além de Deus.

Nesse contexto de conquista nos ancoramos em Marx e Engels para compreender em que dimensão de deu a conquista, exploração e colonização das Américas. O Mercantilismo, que foi o precursor do capitalismo europeu tinha estruturado a economia em outras bases substantivadas no comércio que deveria possuir balança comercial positiva, acúmulo de moedas e um Estado Nacional Absolutista forte e organizador e facilitador do comércio.

A conquista do novo mundo proporcionou o acesso a matéria primar e principalmente as riquezas minerais, a mão de obra barata e, sobretudo escrava e o acesso aos mercados consumidores dos produtos manufaturados e posteriormente industrializados pelas

¹⁹² Aqui, como pesquisador científico, não podemos deixar de notar que em pleno século XXI, ou seja, 528 anos após Colombo chegar a América repercutem de maneira absurda falsas ideias de que a terra é plana. As veze a ciência não consegue superar o obscurantismo. Colombo teve que ultrapassar barreiras quase que insuperáveis e, mesmo assim, não obteve crédito pelo feito visto que o continente não leva seu nome e não lhe retribui o feito.

nações europeias. Foi essa foi a égide europeia do desenvolvimento europeu: a conquista, a exploração e a colonização dos povos e das riquezas das Américas. A condição em que os seres humanos atuam sobre a natureza é universal e o que modifica são suas formas de interação conforme as necessidades. Portanto, o trabalho é inerente a existência humana. Segundo Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana [...] (MARX, 1982, p. 202).

Sob essa perspectiva o trabalho não possui uma conotação negativa porque nele não se estabeleceu a exploração e a expropriação do trabalho do homem pelo homem. O estabelecimento de formas de exploração humanas, são históricos e não naturais com muito pretendem estabelecer por intermédio de doutrinas que estabelecem hierarquias entre os humanos¹⁹³ e conceitos raciais e eugênicos.

Assim sendo, os seres humanos constroem elementos distintos e complexos de interação com a natureza a partir do trabalho. O trabalho não é um ato simplesmente mecânico. O trabalho pe acima de tudo um ato criativo que contempla a reflexão, a ação e a reflexão e a ação, a reflexão e a ação. Destaca ainda o autor:

[...] Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma exclusivamente humana [...] (MARX, 1982, p. 202).

¹⁹³ Devemos ressaltar que na modernidade criou-se a falsa teoria de superioridade racial. Em relação a história brasileira e o conceito de raça e eugenia ver “O espetáculo das raças” de Lilia Moritz Schwarcz.

Ou seja, os seres humanos realizam seu trabalho, sobretudo para satisfazerem suas necessidades materiais e imateriais. Todas as formas de relação do homem com a natureza e com os outros seres humanos na esfera social é o trabalho. Ressalta ainda o autor:

[...] Uma aranha executa operações semelhantes a do tecelão, e a abelha supera mais um arquiteto ao construir uma colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E sua subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos sinta o trabalho atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1982, p. 202).

Portanto, percebemos que o trabalho na concepção marxista não é um instrumento repetitivo de processos produtivos como no taylorismo-fordismo e no Toyotismo ou em qualquer organização capitalista. Porém, foi essa modelagem de organização produtiva que se abateu sobre os povos nativos das Américas. Não podemos esquecer que esses povos tinham organizações, e muitas delas milenares, produtivas e sociais que foram solapadas pelo modelo constituído pela Colonialidade e Modernidade. Hoje percebemos claramente o tipo de tratamento dado pelos povos nativos da América em relação a natureza e ao paradigma Moderno de uso irrestrito e irresponsável dos recursos naturais. Para finalizar a compreensão de Marx em relação as relações produtivas e de trabalho que incidiram sobre os povos autóctones dessa terra, observamos que:

[...] Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradições com as relações de produção existentes ou, o que nada amais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em grilhões. Sobrevém então uma época de revoluções social (MARX, 1985, p. 130).

Portanto, foram essa as condições de conquista, exploração e colonização das Américas que se fundamentaram na exploração das riquezas materiais, da mão de obra indígena e posteriormente negra e na desconstrução de toda cultura autóctone restando apenas, aqueles elementos que conseguiram resistir e ficar introjetados nas populações nativas e seus descendentes ou que foram absorvidas de maneira conveniente pela cultura hegemônica. Nesse contexto, as organizações produtivas, sociais, culturais, religiosas foram solapadas pela cultura europeia. O saber e o conhecimento foram desconsiderados historicamente e substituídos pelo conhecimento racional e instrumental da Modernidade europeia.

Diagnóstico da América Latina: uma concepção teórica descolonial

Aníbal Quijano (2016), Walter Mignolo (2008), Frantz Fanon (1965) e Paulo Freire (1980), entre outros, são alguns dos autores que nos estimulam a perguntar se é possível um processo de “descolonização” do “saber” e de “descolonização” do “poder” articulados a mudanças epistemológicas e pedagógicas nas relações entre os povos e as chamadas “nações do sul”. Ao mesmo tempo, questionam-se as configurações hegemônicas estruturadas e implantadas nas relações sociais entre o norte e o sul. Estas relações, como nos propõe Albert Memmi (1977), entre as nações do norte e do sul construídas historicamente são relações entre as nações colonizadoras e as nações colonizadas e demonstraram inequivocamente seu caráter centrado na exploração econômica com desdobramento em todas as dimensões culturais dos povos conquistados¹⁹⁴.

¹⁹⁴ Cabe aqui um esclarecimento sobre as relações construídas a partir das constituições econômicas de cada período histórico. Essas relações não se esgotam nem se reduzem apenas

Entretanto, somente as características do modo de produção e suas expressões econômicas não respondem a totalidade das interrogações que se colocam para a compreensão da realidade nas dimensões sociais, políticas, culturais, religiosas e, outras tantas, pertinentes à condição humana. As relações entre colonizador e colonizado atravessam toda a condição humana inscrita no processo de colonização a partir da “descoberta” da América em um determinado momento e da Expansão Imperialista do Capitalismo em um segundo. Assim sendo, as Américas serviram aos interesses do Mercantilismo que, juntamente como o Renascimento e o Humanismo no plano expansionista, se articularam nas Grandes Navegações e, posteriormente, a exploração do continente americano. Neste sentido, segundo Mignolo (2009) em seu texto sobre “El lado más oscuro del Renacimiento” nos oferece a concepção de que tanto o conceito Colonialidade e Modernidade.

O segundo momento foi à expansão do capitalismo agora consolidado como modo de produção hegemônico da Europa Ocidental e em plena expansão em direção ao oriente, sobretudo a Ásia e, também à África, além é claro, da América. As configurações societárias provenientes destes contextos acabam se refletindo em todas as relações humanas que ocorrem nestes continentes e, em particular, na América Latina além dos povos nativos da América do Norte. Neste texto procuraremos refletir e aprofundar as relações que se dão principalmente no âmbito do poder e do saber¹⁹⁵ que estão inseridos neste contexto social. Tais relações e suas implicações na articulação entre o plano social e individual expressam indelevelmente o imbricamento entre o modelo de organização social do colonizador e do colonizado e suas representações em todas as esferas das construções culturais. É a partir desta perspectiva que procuramos neste texto realizar a análise que possibilite a

as questões econômicas. Isso seria reduzir a condição humana à reprodução ossificada dos aspectos econômicos. Lembramos que a atividade humana se produz de maneira dialética e no exercício da *práxis* humana. Neste contexto, a existência humana se desenvolve e se apresenta com complexidade em todas as dimensões abarcada pela cultura.

¹⁹⁵ Procuramos destacar no texto o conceito de “saber” e “poder” porque esses dois conceitos nos parecem indissociáveis. Nossa compreensão se baseia no fato de que a nossa sociedade se fundamenta no “desenvolvimento tecnológico” que sustentam o desenvolvimento econômico e todas as relações advindas deste fator. Por outro lado, acreditamos que o saber em nossa sociedade vai além da produção de tecnologias e também servem acima de tudo a compreensão da realidade que se expressam no interior das relações sociais.

compreensão das realidades explicitadas por esse encontro/enfrentamento entre colonizador e colonizado e perceber as nuances relacionadas à construção das relações de poder, de saber e de suas epistemologias.

A pergunta central neste texto é: Como é possível “outra” concepção de saber e de poder não centradas e decorrentes dos objetivos coloniais europeus, mas sim nas experiências históricas dos povos nativos da América colonizada? A relação entre as nações colonizadoras e nações colonizadas desde a perspectiva teórica da descolonização preconizada pelo grupo de intelectuais latino-americanos denominado Modernidade/Colonialidade, é o caminho que se aposta para fazer esta reflexão. Nessa direção, aponta-se para a construção de possibilidades de articulação social baseadas em outras formas de concepção política, econômica, social, cultural e epistemológicas que caminhem em direção diferente da preconizada pelos paradigmas europeus.

Para dar conta dos nossos propósitos neste texto exploramos, em um primeiro momento, a ideia de globalização e suas interfaces no processo de empoderamento e domínio histórico colonizador; no segundo bloco discutimos as relações entre o conhecimento e o poder na consolidação de um pensamento único. Finalmente, no terceiro bloco, centramos nossos esforços em apresentar a perspectiva da Descolonização/Descolonialidade.

Globalização e relações de poder colonial

Os contextos hodiernos em que se situam as sociedades atuais estão permeados de uma forma ou de outra pela influência da “civilização europeia de origem judaico-cristã”. Nestas relações pode-se discutir o grau de influência da cultura europeia e, a partir, do século XX, da cultura fundamentada no modo de produção capitalista que se tornou expressão corrente na figura societária dos Estados Unidos da América. Com os efeitos da globalização já diagnosticados e conceituados por Mézáros (2004), Harvey (2014), Bauman (1999), Boaventura (2011) e sinalizados por Marx e Engels no Manifesto Comunista (1996), os quais, sob diversos aspectos, abordam as causas e as consequências do processo de globalização coma diminuição dos tempos e dos espaços na atualidade e a relações e

interações decorrentes deste processo de organização humana. Segundo Mészáros (2004), o processo de globalização característico do final do século XX e início do século XXI é um processo estrutural do capitalismo.

A superação das fronteiras comerciais, alfandegárias, tributária e, sobretudo as fiscais, são elementos fundamentais e “eternos” para expansão do capitalismo. Entretanto, este processo expansionista do capital não tem por objetivo a globalização das riquezas. Ao contrário este processo visa prioritariamente à acumulação do capital e o fortalecimento das economias centrais e detrimento das economias periféricas. Ou seja, no plano prático significa afirmar que mesmo nos países desenvolvidos sob a égide do capital, a possibilidade da construção de outra concepção que não seja a subordinada ao capital é praticamente impossível de se constituir como caminho viável para a mudança.

Mészáros (2004) desconstrói a ideia de que seja possível pensar a globalização como um processo democrático e igualitário de distribuição de bens para a humanidade organizada nas diferentes sociedades e nações. É retórica pura carregada de imoralidade defender que a globalização, pautada pelo lucro e exploração do trabalho humano possa constituir-se em um projeto de privilégio a criação de oportunidade de crescimento econômico e consequente redução das desigualdades sociais. Nas palavras do próprio autor “é grotesco projetar a difusão universal das condições materiais dos países capitalistas altamente privilegiados [...]” (Mészáros 2004, p. 33-34). Quando na verdade nada mais é do que a simples manutenção da condição de “colonizadores”, e consequentemente de seus privilégios em relação à colônia. De outro modo, pode-se afirmar que existe uma aposta “na continuação da dependência estrutural e da miséria dos outros [...]” (Mészáros 2004, p. 33-34).

Conforme o autor a globalização é um processo inexorável, irreversível sendo que a questão central é compreender em que nível ou dimensão ela afeta positivamente ou negativamente as sociedades e os indivíduos. Segundo o autor os aspectos negativos predominam, pois, são características essenciais relacionados à acumulação de capital, a propriedade privada e a exploração do trabalho social. Isto pode ser compreendido como processo de desenvolvimento humano.

Em todas as fases históricas de seu desenvolvimento, a humanidade sempre manteve contatos e intercâmbios sociais. O que se problematiza hoje é a forma e a rapidez como estes processos de desenvolvem. Para Harvey (2013) a globalização, além do aspecto de expansão e dilatação das fronteiras econômicas e culturais decorre da mudança no modo de produção que exige uma determinada flexibilidade nos processos produtivos e de suas condições de circulação.

Segundo o autor: “A acumulação flexível explora tipicamente uma ampla gama de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes, reconstruindo-as como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente” (Harvey 2013, p. 265).

Assim sendo, as amarras do processo fragmentado do taylorismo-fordismo, paradigma que até o momento necessita ser superado. O modelo produtivo centrado na rigidez de sua organização perde sua função. Esta função é realizada por máquinas cada vez mais sofisticadas e complexas explicitadas pelas tecnologias embargadas na automação industrial. Desta maneira, podemos afirmar que os processos de colonização continuam se expandindo e se consolidando a partir da lógica da globalização. Processos esses que não são novidades na história dos homens, mas sim são processos contínuos sendo que o que se diversifica são as formas em que se constituem.

No contexto atual, além dos aspectos econômicos relacionados à conquista e exploração dos povos americanos e, posteriormente, de maneira intensiva na própria América, África e Ásia, também se expressaram em outros aspectos das relações sociais, tais como a própria economia, a política, a social, a cultural, a religiosa que não podem ser separadas de seu contexto. Devemos destacar que pode haver catalizadores destas relações sociais, porém não existe uma preponderância hierárquica de uma sobre a outra. Nos processos de colonização pode ocorrer a preponderância inicial das questões econômicas, mas os desdobramentos deste fator com os fatores religiosos, culturais, políticos interagem um sobre o outro. Este destaque é importante porque no processo de “descolonização” expressados no saber e no poder se cristalizam de maneira determinante nas relações sociais. Neste sentido Aníbal Quijano (2016, 2000), Walter Mignolo (2008), Frantz Fanon, Césaire Aimé

(1978), Albert Memmi (1977) e no Brasil Paulo Freire (1980) procuram refletir sobre as questões relacionadas a exploração entre o colonizador e o colonizado e, em especial, na elaboração e nas relações de saber e poder. As tensões entre o saber local e o saber globalizado se agudizam na medida em que suas concepções e práticas tendem a ocupar espaços e tempos nas relações produtivas e sociais.

A globalização é um processo constante que varia em sua forma e na velocidade em que se desenvolve e nos meios e produções técnico-científicas relativas ao momento do desenvolvimento humano. Está em constante transformação e é reflexo dos processos históricos do desenvolvimento humano. A globalização em sua essência possui a mesma estrutura e finalidade do processo de colonização do século XV e da expansão capitalista do século XIX. Ambas, com as respectivas características estruturais, conjunturais e históricas fazem parte do mesmo processo o de formatação do modo de produção capitalista. Os dois processos possuem como método a exploração das riquezas, do trabalho e do mercado consumidor das colônias, entretanto, estes processos não se esgotam e não se reduzem as questões econômicas.

Além desta relação, as configurações sociais entre colonizador e colonizado se expressam no saber e no poder. Portanto, podemos afirmar que as práticas colonizadoras continuam sendo utilizadas pelas nações capitalistas como instrumento de controle e dominação dos processos produtivos, bem como da estrutural que são representadas na dimensão da organização social, política, cultural, religiosa e acima de tudo de constructos ideológicos que visam legitimar esta exploração.

Conhecimento: o poder e a hegemonia do pensamento único

Com a queda do Muro de Berlim¹⁹⁶ e com o fim do chamado socialismo real que se expressou na dissolução da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e dos países que faziam parte da

¹⁹⁶ O Muro de Berlim separou a Alemanha do pós-guerra em Alemanha Ocidental de orientação capitalista sob a égide dos Aliados e a Alemanha Oriental sob a égide da URSS.

denominada “Cortina de Ferro”¹⁹⁷ alguns intelectuais e políticos passaram a afirmar o chamado “Pensamento Único” e o “Fim da História”. Esta concepção preconizava que com o fim do capitalismo as sociedades humanas espalhadas pelas nações no globo terrestre somente teriam um fim, ou seja, o homem como ser somente teria um processo teleológico que seria o capitalismo como forma definitiva de constructo social humano. Desta maneira, mais uma vez o pensamento Ocidental de raízes europeias e judaico-cristãs se auto definia como forma final de organização produtiva e social.

Vale aqui lembrar, que mesmo o socialismo habilitado pelos comentadores e articuladores do marxismo, sofreram do mesmo problema de compreensão do outro de das formas que estes outros elaboravam as suas realidades vivenciadas. Com isso, afirma-se que o marxismo também via a sua configuração como a definitiva e aquela que deveria ser desenvolvida em detrimento de outras modelagens de organização humana, ou seja, mesmo o marxismo vulgar não considera a possibilidade de que não haja a etapa do capitalismo e o posterior desenvolvimento do socialismo em direção ao comunismo. Segundo Quijano (2000):

El nacionalismo latino-americano fue concebido y actuado desde una perspectiva eurocêntrica de estado-nación y nacionalismo, como una lealtad a una identidad establecida o asumida por los beneficiarios de la colonialidad del poder, al margen y, no pocas veces, en contra los intereses de los explotados/dominados colonial y capitalistamente. Por eso el liberalismo latinoamericano se enpantanó en la quimera de una modernidade sin revolución social (Quijano 2000, p. 15).

Porém, o autor não estabelece uma crítica somente ao capitalismo como instrumento de solapamento das identidades locais estranhas a seu processo constitutivo. Quijano também tece críticas ao materialismo vulgar que incorre no mesmo equívoco do capitalismo, ou seja, de se impor como um sistema fechado negando teórica e conceitualmente, além é obvio da práxis humana, do

¹⁹⁷ De “Cortina de Ferro” era assim chamada a divisão geográfica e ideológica entre os países de orientação socialistas e capitalistas. Eram basicamente os países da Europa Oriental que aderiram ao comunismo após a Segunda Guerra Mundial.

processo dialético da história humana. O autor continua a sua reflexão afirmando que:

De esse modo se confundió a las víctimas y se desviaron su luchas por la democratización? nacionalización de sus sociedades, donde la descolonización social, material e intersubjetiva, es la condición sine qua non de todo posible proceso de democratización y de nacionalización (Quijano 2000, p.15).

Na linha da mesma crítica ao marxismo Andreolla (2002) analisando a origem do pensamento discriminatório sobre a América e a África, em particular o de Hegel, destaca que:

Causa realmente espanto que um filósofo da estatura intelectual de Hegel fosse capaz de proferir tamanhos horrores com relação aos povos e às coisas da América e da África, inspirado por preconceitos profundos e um desprezo total. Hegel, porém, não pensou sozinho e não falou solitariamente. Dussel (1993:25) afirma que o eurocentrismo se impôs em todos os programas de história; as próprias revoluções socialistas são “eurocêtricas”; nem Marx se livra do eurocentrismo. O eurocentrismo hegeliano persiste, de acordo com Dussel (ib.: 23) na obra de Habermas (Andreolla 2002, p. 129).

A partir destas afirmativas devemos destacar dois pontos importantes: o primeiro ponto é aquele em que as práticas das revoluções de caráter socialista do século XX e, em particular as práticas formuladas na URSS da era stalinista, não levaram em conta as organizações sociais autóctones, ou seja, partiram das características fundantes do capitalismo como modelo hegemônico de uma das etapas do desenvolvimento histórico da humanidade e negaram as condições de populações e culturas não herdeiras da “civilização europeia”; em segundo lugar que nas obras de Marx não se observa a indicação ou orientação em suas concepções fundamentais de que os modelos de sociedades humanas estruturados fora da configuração geográfica e política da Europa, deveriam ser desconsiderados e não valorizadas como construções históricas no processo de desenvolvimento destas sociedades. Tal

concepção pode ser atribuída ao fato de as reflexões elaboradas por Marx estarem fundamentadas na análise da estrutura do capitalismo como modo de produção em processo de consolidação e expansão na Europa e em expansão como modelo hegemônico para a totalidade do globo como se observa na atualidade. Ou seja, Marx centrou suas análises no processo de cristalização do modo de produção capitalista como modelo produtivo estabelecido na Europa e em expansão pelo globo terrestre.

Portanto, a ideia do “Pensamento Único” e do fim do socialismo real por um lado remetem a impossibilidade ou a falência do socialismo, por outro reafirma que os modelos originados da África, da Ásia e da América deverão ser desconsiderados e subjugados aos interesses do capital, em detrimento de outras possibilidades desenvolvidas por sociedades organizadas historicamente nestes continentes antes e depois do processo de globalização. A possibilidade do vir a ser humano no processo colonial acaba, por se tornar, um processo de desenvolvimento humanos homogeneizado, ou seja, sem possibilidades de transformação da realidade concreta dos sujeitos sociais. Isto significa dizer que o processo de globalização, colonização e exploração é sempre verticalizado de cima para baixo no intuito de subordinar os explorados a vontade e a necessidade do explorador colonial.

Estando este processo em fluxo contínuo de expansão e desta maneira acabando por caminhar em direção a sua configuração hegemônica, acaba por cercear as formas diversas de organização produtiva e social um entrave ao seu desenvolvimento. Aspecto que se destaca nesta reflexão é o que se desenvolveu na África, na Ásia e em particular na América Central e Caribe e na América do Sul. Aqui vale destacar que quando do processo de ocupação, posse e colonização estas terras não estavam desocupadas, outras populações humanas estavam assentadas há séculos nesse território. Estas populações possuíam culturas em diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico e societário, porém todas elas se desenvolvendo de maneira autônoma em relação à cultura e a chamada “civilização europeia”. Em termos de simples comparação produtiva e societária estruturadas por esses povos, podemos citar o

desenvolvimento do Império Inca que em sua estrutura político-administrativa se dividia em “quatro partes” o *Tawantinsuyu*¹⁹⁸.

Epistemologia e poder: a ideologia

O processo de descolonização da América Latina tem por fundamentos alguns aspectos de suma importância, aos quais sem eles seria impossível reverter ou proporcionar uma nova relação entre o norte e o sul, ou entre os países capitalistas e outras formas de organização produtivas e sociais. Anteriormente destacamos a necessidade das nações capitalistas do norte de elaborar um pensamento único que produzisse um conjunto de concepções de ideias, ou seja, de uma ideologia que representa-se as aspirações do poder e do modelo produtivo da classe dominante. Neste contexto, queremos destacar dois aspectos que compreendemos relevantes. O primeiro é o papel fundamental do conhecimento e dos processos constitutivos desta característica humana. Podemos destacar neste quesito o papel da educação nas sociedades ao longo do tempo, ou seja, ao longo da história. Aqui se posiciona de maneira indelével as epistemologias elaboradas pelos grupos constitutivos das sociedades humanas.

Portanto, compreendemos que o conhecimento se estabelece na relação entre os seres humanos e suas práticas sociais. Desta maneira, a realidade vivenciada é o substrato social que possibilita a construção do conhecimento para explicar os fenômenos apreendidos pelos humanos. Ou seja, os conhecimentos relacionados às ciências e as suas tecnologias são frutos inseridos em uma

¹⁹⁸ *Tawantinsuyu*, uma palavra Quéchua que significa “As quatro Terras”, ou também “Os Quatro cantos do Mundo”. *Tawantin* significa quatro, o número 4, e *suyu* significa terra. Os Incas consideravam Cuzco, sua capital, como sendo o coração do mundo. Sendo assim, pela cidade passavam duas linhas imaginárias em diagonal: uma que ia de noroeste para sudeste, e outra que ia de nordeste para sudoeste dos seus domínios. Sendo assim, o Império ficava dividido em quatro partes (*suyus*). O *suyu* do norte recebia o nome de *Chicasuyu*; o do sul era chamado *Kollasuyu*; o do leste, *Antisuyu* e o do oeste chamava-se *Kuntinxuyu*. Cada *suyu* era considerado um Reino independente, sendo governado por um *Apu*. Existiam, portanto, quatro *Apus*, que deviam obediência ao Inka, constituindo-se assim, um Império na concepção exata da palavra. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/tawantinsuyu.html> Acesso em 25 nov. 2016.

determinada realidade social que abarca o modo de produção, a organização sócio, política e cultural que estão associadas umbilicalmente umas às outras, construído assim uma teia de relações mútuas e interativas características do desenvolvimento humano. Aqui trazemos Mignolo (2008) para clarificar a importância da epistemologia. Segundo o autor:

A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta (por exemplo, veja o que acontece agora nas universidades chinesas e na institucionalização do conhecimento). Pretendo substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade negada) (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Sob esta perspectiva, o autor, define o processo de descolonização epistemológico como aquele processo que desvincula o conhecimento das bases eurocêntricas como o único conhecimento aceitável possível de validação. Prossegue o autor afirmando que: “Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...], já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial” (MIGNOLO, p. 290).

Ou seja, o processo “descolonial” significa desconstruir paradigmas intocáveis da epistemologia com matriz europeia, e acima de tudo possibilitar que epistemologias outras possam fundamentar novas concepções e possibilidades de estruturação social. A América, a Ásia e a África não começaram com a chegada dos europeus e posteriormente com o imperialismo americano-nortista. De a muito havia, nestes continentes epistemologias, isto é, já se elaboravam conhecimentos que eram utilizados socialmente pelas populações destas regiões.

A reflexão a seguir é realizada a partir do conjunto de ideias que fundamentam o poder colonial a partir do conhecimento. Este

conhecimento pode se refletir no modo de produção capitalista como o modelo mais eficaz e socialmente viável e nas construções ideológicas que respaldam as relações de poder e as legitimam. As críticas ao colonialismo são sintetizadas na análise de três autores basilares do pensamento “descolonial”, realizadas por Restrepo e Rojas (2016), que são Aimé Césaire, Franz Fanon e Orlando Fals Borda. A crítica realizada por estes três autores além de basilares na análise do processo de colonização e suas consequências, são também os primeiros realizados de maneira sistêmica. Os autores citando assim se referem:

En su *Discurso sobre el colonialismo*, Césaire dismantela cualquier defensa de las supuestas bondades civilizatorias del proyecto colonizador al que considera, antes que un proceso moralmente legitimado por el deber de Europa de civilizar a pueblos bárbaros, como una maquinaria de barbarie, no sólo para los seres humanos y geografías colonizadas, sino para la misma civilización europea y sus más variados representantes (RESTREPO; ROJAS 2016, p. 44).

Assim sendo, o processo colonizador provocou a destruição das organizações produtivas e sociais por um lado e a construção da concepção de uma Europa salvadora da barbárie por outro lado. Em relação às concepções de Fanon, os autores creditam a continuação das críticas realizadas por Césaire no mesmo sentido orientador. Isto significa que: “Fanon, señalando en la misma dirección, denuncia el impacto del proceso de dominación colonial, pues: “[...] Pero no sólo el presente del colonizado es impactado por el colonialismo, incluso su pasado es expropiado y desvalorizado: [...]” (RESTREPO, ROJAS 2016, p. 46).

Evidenciado as concepções elaboradas por Orlando Fals Borda, destacam: “El conocimiento debe acompañar los procesos de transformación social y política, de ahí que su preocupación se refiera a la pertinencia del conocimiento para comprender y transformar situaciones históricas concretas” (RESTREPO, ROJAS 2016, p. 50). Podemos afirmar a partir do proposto pelo autor, que a abordagem marxista não pode negar a realidade das culturas estabelecidas historicamente. Se a concepção marxista se fundamenta na materialidade das relações sociais, não é possível desconhecer e não

valorar as configurações sociais mesmo aquelas que não estão fundamentadas no capitalismo. Prossegue o autor afirmando que:

Dicho conocimiento es además un conocimiento científico; es decir, basado en el desarrollo de herramientas teóricas y metodológicas sistemáticas, para el conocimiento de problemas 'prioritarios e importantes' acordes a la realidad social que se busca transformar. De esta manera, su crítica a la ciencia no es una crítica a su pretendido universalismo, pues para él dicho universalismo es posible y necesario. Es una crítica a la pertinencia de la ciencia para comprender problemas situados histórica y geopolíticamente. [...] (RESTREPO; ROJAS 2016, p. 50).

Podemos deprender destas citações que uma das questões fundamentais do processo de colonização e de descolonização estão centrados na construção do conhecimento e das epistemologias que possibilitam esta construção. Assim os autores deslocam as associações decorrentes dos processos produtivos e dos processos ideológicos e epistemológicos que orientam as organizações sociais.

Dessa maneira, destacamos a não prevalência no determinismo vulgar do fator econômico sobre os fatores sociais com desdobramentos políticos, culturais, ideológicos e das relações de poder. Estes fatores estão imbricados de forma intrínseca nos processos sociais e que culminam no desenvolvimento histórico da humanidade. Não desconsideramos o fator preponderante do acesso a materialidade necessária a vida humana, ou seja, ao alimento, ao abrigo, a segurança. Entretanto a satisfação destas necessidades não significou ainda a superação de relações de poder entre os seres humanos, bem como as diversas dimensões das relações humanas.

As possibilidades de descolonização das relações nos países colonizados estão perpassadas pelas relações de construção do conhecimento, de poder e de construções ideológicas que possibilitem a compreensão da realidade. A configuração de sociedades descolonizadas deve se fundamentas nas construções sociais sem o processo coercitivo e desumano do modelo eurocêntrico. Os conhecimentos, os processos de poder, as relações sociais e econômicas podem serem construídas a partir das experiências e vivencias dos povos americanos, africanos e asiáticos

sem processos de exploração e coerção, mas sim processo de interação.

Considerações provisórias

O presente texto procurou discutir as questões relacionadas à construção do saber e a sua expressão de poder a partir do processo de colonização de nações europeias particularmente sobre o continente americano e sua população. Neste sentido, podemos destacar que o processo colonizador desconsiderou e desvalorizou de maneira sistêmica o conhecimento e as epistemologias dos povos nativos da América bem como subjugou as relações de poder centralizando estas relações no paradigma europeu que se consolidou e se expressou na concepção hierárquica e valorativa de sua cultura e de sua organização produtiva sobre a dos povos autóctones da América.

O processo de exploração colonial não se esgotou na apropriação das riquezas expressadas nos produtos da terra como o ouro, a prata, a agricultura e acima de tudo sobre a exploração do trabalho dos nativos do continente e do seu e extermínio quando necessário. Entretanto estas relações ultrapassam o plano econômico. Elas necessitam ser legitimadas socialmente e culturalmente na relação entre o colonizador e o colonizado. Podemos afirmar que, duas das dimensões importantes desta legitimação, ocorrem a partir da exploração do trabalho a das riquezas naturais desta terra. Desta maneira, esta legitimação ocorre substantivamente na esfera do saber e do poder.

Atualmente, nossa sociedade é tida como sociedade do conhecimento, entretanto, podemos afirmar que a exploração colonial ocorreu e se legitimou pelo saber e pelo poder. Para finalizar evidenciamos que as elaborações construídas historicamente nas sociedades colonizadas pelo poder econômico e cultural europeu podem e devem colher os frutos das vivências destas populações no que se refere às elaborações dos processos constitutivos do saber, do conhecimento e do desenvolvimento humano. Mesmo o socialismo não pode prescindir destas contribuições que fazem parte da história humana. Portanto, podemos considerar que as construções locais, isto é, dos povos colonizados tem muitas

contribuições a dar nas esferas da construção do conhecimento, ou seja, do saber e na dimensão das relações de poder estruturadas em outra genealogia que não sejam aquelas que expressam somente o processo histórico da Europa. Neste sentido, as contribuições construídas historicamente pelos povos locais externos geograficamente e culturalmente do continente europeu e, em particular os povos das Américas, podem contribuir com suas experiências e vivências de maneira significativa na construção de uma sociedade mais solidária e humana.

Referências

- ANDREOLLA, Balduino Antonio. Dos preconceitos de Hegel ao diálogo das civilizações. In: **Educação, cultura e resistência: uma abordagem terceiro-mundista**. ANDREOLLA, Balduino Antonio (Org.). Porto Alegre: Pallotti, 2002.
- BAUMANN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- FANON, Franz. **Los condenados de la tierra**. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1965.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Editora Moraes, 1980.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 24ª ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1: O processo de reprodução do capital. vol 1. 7 ed. São Paulo: Difel, 1982.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos** e outros escritos. Col. Os pensadores. Org: GIANNOTTI, José Arthur. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política** e outros escritos. Col. Os pensadores. Org: GIANNOTTI, José Arthur. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em Política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, Walter D. **El lado más oscuro del Renacimiento**. Revista universidade Humanística nº 67, pp. 165-203, enero-junio de 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e classificação social. In: Epistemologias do Sul. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad, poder, globalización e democracia**. Lima. p. 1-23. 2000. Disponível em: <http://economiassolidarias.unmsm.edu.pe/sites/default/files/Anibal%20Quijano2.pdf> Acesso em 28 dez. de 2016.
- RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. Elaboraciones clásicas sobre el colonialismo em América Latina y el Caribe. En: RESTREPO; Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial. Fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Colombia: Universidad del Cauca, 2010, p. 43-52.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.